

O ENSINO DE HISTÓRIA E OS DOCUMENTOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO: REFLEXÕES E POSSIBILIDADES¹

Patrícia Camilla Souza de Moraes²
Anna Júlia de Macêdo Pascoal³
Mariana da Silva Marques⁴
Antonio Torres Montenegro (orientador)⁵

RESUMO

O presente artigo discute as possibilidades de utilização de documentos provenientes da Justiça do Trabalho como material didático para as aulas de História do Brasil no ensino básico. Essa discussão teve início a partir da formulação e aprovação de um Projeto de Extensão realizado no Laboratório História e Memória (LAHM) na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Nele, apresentou-se como estratégia pedagógica a criação de materiais didáticos a partir dos processos trabalhistas das extintas Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Pernambuco, doados pelo Tribunal Regional do Trabalho- 6ª Região ao mencionado Laboratório e abordam o período de 1940 a 1985. Os trabalhos de pesquisa e extensão, realizados pela autora deste trabalho e pela equipe do Laboratório em escolas da rede pública de ensino da Região Metropolitana do Recife demonstram como várias temáticas abordadas nas aulas de História podem ser trabalhadas a partir de aspectos que abrangem a história da Justiça do Trabalho, tendo por base esses processos. Portanto, o objetivo deste trabalho consiste em refletir sobre as possibilidades de utilização desses materiais nas salas de aula e sugerir alguns caminhos a serem seguidos pelos professores que se interessarem em trabalhar com essa metodologia nas escolas. Além disso, busca-se demonstrar os resultados obtidos pelo projeto de extensão mencionado. Para isto também será realizado um debate acerca dos estudos mais recentes sobre a temática do trabalho e sobre a contribuição que os arquivos de documentos da justiça do trabalho podem agregar à História e às aulas de história.

Palavras-chave: Ensino de História, Memória, Justiça do trabalho, Processos trabalhistas, Laboratório História e Memória (LAHM).

INTRODUÇÃO

A historiografia brasileira há alguns anos tem se dedicado a discutir a temática do Trabalho⁶, problematizando novas questões. Questões, estas, que no cenário nacional, podem

¹ Trabalho realizado a partir de Projeto de Extensão, com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), iniciado e concluído em 2018.

² Graduanda em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, patmoraes.infra@gmail.com;

³ Graduanda em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, annajulia.mpascoal@gmail.com;

⁴ Graduanda em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, marquesmmariana@gmail.com;

⁵ Prof. Dr. de História do Brasil na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), antoniomontenegro@hotmail.com

ser observadas em trabalhos como os das historiadoras Angela de Castro Gomes, Regina Beatriz Guimarães Neto, Christine Rufino Dabat, Maria do Socorro Abreu e Lima e dos historiadores Antonio Torres Montenegro e Fernando Teixeira da Silva, entre muitos outros. O estudo dos processos trabalhistas amplia as análises e percepções sobre a atuação da Justiça do Trabalho, pois, traz à tona um passado desconhecido pela sociedade já que representam conteúdos que têm a ver com a cidadania, direito, ética em construção, fazendo das decisões da justiça do trabalho um instrumento na promoção da cidadania e justiça social (GAMA, 2011, p. 185)

Nesse sentido, será utilizada para reflexão neste trabalho a documentação das extintas Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJ) do estado de Pernambuco doadas pelo Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região (TRT/6). Atualmente o acervo do Laboratório (LAHM) é composto por processos das JCJs dos municípios de Escada, Jaboatão dos Guararapes, Goiana, Nazaré da Mata, Palmares, Paulista, Pesqueira, Recife, Limoeiro, Cabo de Santo Agostinho e Caruaru, contabilizando cerca de 200 mil processos, que contemplam o período de 1940 a 1985.

Segundo o historiador Antonio Montenegro, ao pesquisar nos arquivos da Justiça do Trabalho é possível conhecer outra dimensão da luta que os trabalhadores desenvolveram no estado de Pernambuco, sobretudo depois do acesso dos pesquisadores aos arquivos do DOPS-PE. Estes arquivos registram a perseguição policial da qual os trabalhadores eram alvo, principalmente após o golpe de 1964, quando passaram a ser nomeados de comunistas ao reivindicarem seus direitos trabalhistas perante a Justiça do Trabalho (MONTENEGRO, 2011)⁷.

O trabalho de pesquisa e extensão, realizado pela autora deste artigo em conjunto com a equipe do Laboratório História e Memória nas escolas da Região Metropolitana do Recife (RMR), revela como temas presentes nos livros didáticos e conteúdos programáticos do ensino básico de História podem ser estudados em sala de aula com auxílio dos processos trabalhistas e de documentos da Justiça do Trabalho. Portanto, esse artigo propõe uma reflexão acerca das possibilidades de utilização destes processos como fonte documental e

⁶ O livro “Histórias de Trabalhadores e da Justiça do Trabalho” organizado pelos historiadores Marcelo Goés e Antonio Torres Montenegro, lançado em 2018, reúne vários artigos sobre pesquisas realizadas em arquivos da Justiça do trabalho nos estados de Alagoas, Pernambuco, Bahia e Ceará e discute abordagens teórico-metodológicas formuladas a partir dos processos trabalhistas.

⁷MONTENEGRO, Antonio Torres, Regina Beatriz Guimarães Neto, e Vera Lúcia Costa Acioli. História, cultura, trabalho: questões da contemporaneidade. Editora Universitária UFPE, 2011.

recurso pedagógico dentro da sala de aula, permitindo que o docente analise temáticas do ensino de História, tanto de Pernambuco quanto do Brasil, sob uma nova perspectiva, relacionando-os com a temática da Justiça do Trabalho.

METODOLOGIA

A metodologia empregada para o desenvolvimento deste artigo, inicialmente, consiste na pesquisa bibliográfica – leitura, fichamento e análise da literatura concernente ao tema. E, também, a análise historiográfica acerca dos desafios recentes ligados ao estudo dos processos trabalhistas da Justiça do Trabalho, bem como a importância histórica do estudo deste tema.

Posteriormente, será apresentada a proposta do Projeto de Extensão desenvolvido pelo Laboratório História e Memória (LAHM) da UFPE, intitulado *Processos Trabalhistas, Memória e História: a voz dos trabalhadores rurais nos processos trabalhistas nos municípios de Nazaré da Mata e Paulista – 1964 a 1980* contemplado pelo Edital Pibexc do ano de 2018 da UFPE⁸ e já concluído. Nesse projeto pioneiro foram levantadas várias possibilidades para o trabalho com processos trabalhistas relacionados à educação e ensino de História.

Para fins de organização do artigo, optamos por dividi-lo em três partes: na primeira será apresentada uma breve história da criação dos centros de memória do judiciário com o objetivo de elucidar a importância da preservação desse material. Na segunda parte, abordaremos especificamente a documentação doada pelo Tribunal Regional do Trabalho de Pernambuco 6ª Região ao Laboratório da UFPE. Na terceira e última parte será explicado em detalhes como funcionavam as chamadas *Oficinas da História* criadas pelo projeto de extensão, discutindo o ensino de história e as possibilidades de utilização desse material nas aulas de História do ensino básico.

DESENVOLVIMENTO

1. Centros de Memória do Judiciário: a importância da preservação de seus arquivos

Segundo as pesquisadoras Maria Cristina Caixeta e Maria Aparecida Cunha, os projetos para gestão e preservação documental dos materiais oriundos de instituições públicas brasileiras são “um fenômeno relativamente recente em nossa história administrativa. Esse

⁸ O edital pode ser encontrado no endereço eletrônico da UFPE: https://www.ufpe.br/proexc/noticias-da-proexc/-/asset_publisher/kxuksR4OpDL6/content/proexc-divulga-edital-pibexc-2018/40659

impulso remonta à década de 1990 e já demonstra sua importância e impacto na produção acadêmica atual”⁹.

A preservação da documentação da Justiça do Trabalho é também um fenômeno bastante recente, que vêm sendo cada vez mais abordado na historiografia, como assinalam os autores do livro *A Justiça do Trabalho e sua História*, Angela de Castro Gomes e Fernando Teixeira da Silva. Neste livro, os autores narram a intensa luta de historiadores, juristas, arquivistas para suspensão do artigo 1.215 da lei n. 6.246 de 1975. Esta lei tornava legal a eliminação de autos judiciais após cinco anos de arquivamento, chamando atenção ainda para o fato de que processos do judiciário estão em constante perigo de descarte com amparo legal (GOMES; SILVA, 2013, p.26-29). A criação de Centros de Memória do judiciário em várias regiões do Brasil, vêm a partir dessa grande mobilização em prol da preservação desse patrimônio. Como observa a historiadora Christine Dabat, os

Órgãos da Justiça Federal já doaram ou cederam a guarda de seus arquivos a instituições de ensino superior com o mesmo propósito, como, por exemplo, o TRT da 15ª Região, em Campinas; a 18ª, em Goiana; a 21ª, no Rio Grande do Norte; a 3ª, em Minas Gerais; a 5ª, na Bahia; a 9ª, no Paraná; e a 16ª, no Maranhão. Na Paraíba, na 13ª Região, um grande esforço de salvar os arquivos da Justiça do Trabalho foi empreendido pelo Professor Tiago Bernardon. No Rio Grande do Sul, o empenho pioneiro da Juíza e historiadora Magda Biavaschi provou a importância dessa documentação até mesmo dos processos arquivados. (DABAT, 2015)¹⁰

Segundo ela, a importância de preservar essa documentação reside no fato de que os documentos do judiciário podem ajudar a reconstituir condições de trabalho e de vida de pessoas comuns, trabalhadores e trabalhadoras que possivelmente carecem de outras fontes, principalmente “quando se trata de trabalhadores rurais, as fontes são ainda mais precárias do que para outras categorias, sobretudo as urbanas. É também o caso do Brasil, particularmente do Nordeste” (DABAT, 2015)¹¹.

⁹CAIXETA, Maria Cristina Diniz; CUNHA, Maria Aparecida Carvalhais. Gestão documental e resgate da memória na Justiça do Trabalho: preservação documental é direito do cidadão e dever do Estado. Cadernos de História, v. 14, n. 20, p. 32-46, 2013.

¹⁰ DABAT, Christine. A rica história dos trabalhadores segundo os arquivos da Justiça do Trabalho: incitação à pesquisa in OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. EDUEPB, 2015. pp. 356.

¹¹ DABAT, Christine. A rica história dos trabalhadores segundo os arquivos da Justiça do Trabalho: incitação à pesquisa in OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. EDUEPB, 2015. pp. 359.

É nesse sentido que os autores do livro *Histórias de trabalhadores e da Justiça do Trabalho* (2018) afirmam que a participação de pesquisadores na análise dos embates trabalhistas no Brasil “revela a complexidade e os desafios postos diuturnamente na constante disputa capital versus trabalho”, pois, “é por meio deste desafiador cenário que são também projetadas as reflexões teóricas acerca da intervenção do Estado nas ides trabalhistas por meio dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRT)”¹².

2. A criação do Laboratório História e Memória (LAHM) da UFPE/TRT6

No início dos anos 2000, professores e pesquisadores do departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) tomaram conhecimento sobre a doação, e provável incineração, de grande parte do acervo de documentos do Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região. Tendo consciência sobre a riqueza deste acervo e do perigo do descarte de uma documentação tão importante para a história social, política, cultural e econômica de Pernambuco e do Brasil, deram início a mobilizações para salvaguarda destes processos.

Um convênio foi então firmado em 2004 entre o TRT6 e o departamento de pós-graduação em História da UFPE para criação de um arquivo contendo esse material¹³. Sobre isso, Christine Dabat ressalta que

A Universidade Federal de Pernambuco conseguiu, depois de longas negociações – ocasião de afinar as respectivas percepções e construir entendimentos comuns – que o TRT 6ª Região lhe cedesse a guarda de parte dos seus arquivos. Desde então, orientados dos docentes do Departamento de História, além de outros pesquisadores, usam esse considerável acervo com resultados promissores [...]. Preservar, eventualmente, salvar e conservar arquivos é uma missão cara para muitos, particularmente nas Universidades. (DABAT, 2015)¹⁴

A partir disso foi criado, posteriormente, o Laboratório História e Memória. Conta atualmente com 200 mil processos trabalhistas das Juntas de Conciliação e Julgamento de Pernambuco e se encontra localizado no 4º andar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFPE.

¹² TAVARES, Marcelo Góes; MONTENEGRO, Antonio Torres (org). *História de trabalhadores e da Justiça do Trabalho*. Arapiraca: eduneal, 2018. pp. 8

¹³ A história da criação desse convênio pode ser encontrada no endereço eletrônico do LAHM: <http://memoriaehistoria.trt6.gov.br/>

¹⁴ DABAT, Christine. A rica história dos trabalhadores segundo os arquivos da Justiça do Trabalho: incitação à pesquisa in OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba*. EDUEPB, 2015. pp. 356.

3. O Ensino de História a partir dos processos trabalhistas do Laboratório História e Memória (UFPE/TRT6)

A utilização dos processos trabalhistas em pesquisas acadêmicas e nas salas de aula possibilita várias reflexões históricas, pois, as fontes judiciais contêm um repertório vasto para estudos no campo da história social, justamente por retratar a luta por direitos de homens e mulheres anônimos, trabalhadores livres (GOMES; SILVA, 2013)¹⁵.

Nessa perspectiva, quando estudantes de graduação que estagiavam no Laboratório passaram a oferecer oficinas de gestão documental nos simpósios promovidos pelo próprio LAHM, percebeu-se que as oficinas eram uma oportunidade importante de mostrar o trabalho de preservação da memória da Justiça do Trabalho em Pernambuco ali desenvolvido. Além de contribuir para a conscientização sobre o significado do trabalho com os processos trabalhistas para a história de Pernambuco e do Brasil. Em suas duas edições (ocorridas em 2016 e 2017) as oficinas tiveram como público-alvo alunos de graduação, ensino médio e professores da educação básica.

Pensando em desenvolver formas de ampliar essas discussões especificamente para aulas de história nas escolas, o Projeto de Extensão de 2018 do Laboratório da UFPE, intitulado *Processos Trabalhistas, Memória e História: a voz dos trabalhadores rurais nos processos trabalhistas nos municípios de Nazaré da Mata e Paulista – 1964 a 1980* foi criado. Para ele, foi pensado como um dos principais objetivos aproximar os alunos do trabalho desenvolvido pelos pesquisadores no LAHM e levar para as aulas de História a temática da Justiça do Trabalho a partir dos conteúdos programáticos de história do ensino básico.

Abaixo é possível observar alguns dos objetivos escolhidos para o projeto:

1. Objetivo geral: treinar estudantes de graduação na gestão documental e no estudo/análise de processos trabalhistas no período de 1964 a 1980 de forma a que se tornem habilitados para transmitir esses conhecimentos a estudantes e professores da rede pública do Estado.
2. Objetivos específicos:
 - Treinar os estudantes estagiários de maneira que possam recepcionar professores e alunos da rede pública estadual e explicar o funcionamento do

¹⁵ Gomes, Angela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. **A Justiça do Trabalho e sua História**. Campinas: Editora da Unicamp (2013).p. 26.

Laboratório Memória e História do Tribunal Regional do Trabalho TRT6/UFPE.

- Treinar os estudantes estagiários de maneira que possam ministrar oficinas de gestão documental. Os estudantes estagiários serão responsáveis por explicar aos professores e estudantes da rede pública como os processos trabalhistas se transformam em fonte documental para artigos e livros de história de Pernambuco e do Brasil.
- Participar das entrevistas com trabalhadores e líderes sindicais e em seguida realizar a transcrição das entrevistas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante todo o ano de 2018, esse projeto foi desenvolvido por duas estudantes da graduação da Universidade, com visitas periódicas a escolas da Rede Pública de Ensino de Recife e Jaboatão dos Guararapes. As atividades executadas pelas bolsistas durante o período em questão consistiram em três eixos: a primeira parte foi o trabalho de catalogação dos processos trabalhistas relativos aos municípios de Nazaré da Mata e Paulista de 1964 a 1980.

É importante destacar que esse trabalho de gestão documental passa por algumas etapas, são elas: a higienização (limpeza) e organização dos processos, catalogação dos processos cedidos pelo TRT 6ª Região em capilhas e caixas, a anexação dos mesmos ao site do projeto, contendo pequenos resumos de cada um deles, para facilitar o acesso aos processos por pesquisadores de todo o país. E a última etapa da gestão documental que é a leitura cuidadosa e criação de ementas que possibilitam uma consulta rápida e eficiente do pesquisador. A catalogação foi realizada contando com o auxílio da equipe do LAHM e orientação do coordenador do projeto e orientador deste trabalho, o professor Antonio Torres Montenegro.

O segundo eixo de trabalho que compôs o projeto foi a preparação de materiais para palestras e oficinas nas escolas da rede pública de ensino. Para isso foram elaboradas cartilhas que apresentam a história de criação do Laboratório de História e Memória da UFPE, os projetos em desenvolvimento pela equipe do mesmo, uma breve explicação sobre a importância da preservação da história da justiça do trabalho no Brasil e a relevância do trabalho de catalogação e disponibilização online dos processos trabalhistas do TRT 6ª Região.

Essas oficinas foram pensadas a partir da visão da pesquisadora Circe Bittencourt para o uso de documentos em sala de aula. Pois, segundo ela,

O uso de documentos nas aulas de história justifica-se pelas contribuições que pode oferecer para o desenvolvimento do pensamento histórico. Uma delas PE facilitar a compreensão do processo de produção do conhecimento histórico pelo entendimento de que os vestígios do passado se encontram em diferentes lugares, fazem parte de uma memória social e precisam ser preservados com patrimônio da sociedade. (BITTENCOURT, 2018)¹⁶

Nessa mesma perspectiva, Flávia Eloisa Caimi aponta que as fontes documentais devem ser usadas no ensino de História para “além do caráter ilustrativo e comprobatório que o uso escolar de fontes assumiu nos manuais didáticos em épocas passadas, as atuais políticas definem um novo ideário, que imprime centralidade à tarefa de relacionar o estudo de fontes históricas à construção do conhecimento” (CAIMI, 2008, P.140)¹⁷.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino da disciplina de história indicam o uso de fontes documentais, a partir do ensino fundamental, seguindo algumas concepções. São elas:

Desenvolver atividades com diferentes fontes de informação (livros, jornais, revistas, filmes, fotografias, objetos, etc.) e confrontar dados e abordagens; trabalhar com documentos variados como sítios arqueológicos, edificações, plantas urbanas, mapas, instrumentos de trabalho, objetos cerimoniais e rituais, adornos, meios de comunicação, vestimentas, textos, imagens e filmes; ensinar procedimentos de pesquisa, consulta em fontes bibliográficas, organização das informações coletadas, como obter informações de documentos, como proceder em visitas e estudos do meio e como organizar resumos (BRASIL, 1998, p. 77).

Dessa forma, a terceira etapa do projeto consistiu em preparar de fato as aulas seguindo essas concepções quanto ao uso do documento na sala de aula. Posteriormente foi estabelecido o contato com as Escolas de Referência em Ensino Médio da Região Metropolitana do Recife para a realização das oficinas, desenvolvidas no mês de outubro e novembro de 2018.

As oficinas foram realizadas com as turmas de primeiro, segundo e terceiros anos do ensino médio de escolas públicas. O desenvolvimento dessas oficinas ocorreu com a utilização de slides e exposição oral/teórica, pois, apesar da ideia inicial do projeto ter sido de

¹⁶ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. Cortez editora, 2018.

¹⁷ CAIMI, Flávia Eloisa. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar?. Anos 90, v. 15, n. 28, 2008.

levar esses estudantes para o próprio LAHM, isso não foi possível devido a não disponibilização de ônibus para o transporte dos estudantes durante as oficinas. A única escola com a qual a oficina foi realizada no próprio Laboratório foi a Escola de Aplicação da UFPE, por ser dentro da própria Universidade e não necessitar de transporte para os alunos.

Desse modo, foi necessário realizar uma adaptação no planejamento inicial dessas oficinas, de modo que os estudantes conseguissem visualizar os processos trabalhistas mesmo sem visitar o LAHM. A solução encontrada foi através de fotografias, já que os documentos não podem sair do Laboratório.

Essa adaptação foi feita a partir da utilização de imagens do próprio acervo, mostrando alguns dos processos encontrados no arquivo e de imagens do passo a passo da catalogação e dos materiais e ferramentas utilizadas. A segunda etapa do trabalho consistiu na criação de material digital e cartilhas/textos sobre as etapas da catalogação dos processos trabalhistas realizada no laboratório.

Nas cartilhas constavam: um relato sobre a criação do Laboratório e sua importância para preservação da memória do judiciário, a relação de monografias, dissertações, teses e artigos feitos a partir dos processos trabalhistas ali armazenados e o passo a passo da catalogação, que pode ser encontrado abaixo:

1. Higienização: consiste na limpeza dos processos trabalhistas, página por página. Depois de finalizada a limpeza os processos são armazenados em caixas.
2. Digitalização: nessa etapa os processos são retirados das caixas e digitalizados, armazenados no servidor do LAHM.
3. Ementas: consiste na leitura cuidadosa e na produção de ementas (resumos) onde constam os principais dados do processo, um resumo das audiências e sua conclusão.
4. Disponibilização no site: os processos são transformados em documentos de formato PDF pesquisável, cadastrados e armazenados no site junto com suas respectivas ementas.

Dessa forma, os estudantes, apesar de não poderem visitar pessoalmente o arquivo através do projeto, poderiam visualizar esse trabalho através das fotografias e da exposição feita na escola.

Para realização das oficinas a metodologia empregada foi a seguinte:

- Explicação oral do objetivo da oficina para os estudantes;
- Apresentação do LAHM UFPE/TRT;
- Diálogo sobre a criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio no período de governo de Getúlio Vargas;

- Explicação sobre o que eram as Comissões Mistas de Conciliação e Arbitragem e Juntas de Conciliação e Julgamento?
- Discussão sobre a importância, no campo da História, que os documentos da Justiça do Trabalho possuem e por qual razão preservar essa documentação;
- O processo da catalogação documental:
 1. Passo a passo da catalogação;
 2. A seleção entre processos permanentes e processos temporários;
 3. Agrupamento (Categoria, numeração)
- Higienização (Limpeza, instrumentos, cuidados)
- A leitura dos processos trabalhistas;
- Ementas e banco de dados: Resumo do processo trabalhista
- Roda de diálogo – dinâmica.

O sucesso do projeto de extensão e das oficinas foi imenso. No evento realizado anualmente pelo Laboratório, foi decidido por ofertar as mesmas oficinas ao público da universidade, principalmente a alunos da graduação de História, no próprio LAHM.

Abaixo é possível visualizar algumas fotos da realização das oficinas de gestão documental de processos trabalhistas no VIII Seminário de Trabalho, Historiografia e Documentação¹⁸:

Imagem 1:



Fonte: fotografia realizada pela autora na Oficina da História do evento VIII Seminário de Trabalho, Historiografia e Documentação.

¹⁸ Site do evento: <https://www.even3.com.br/seminariotrtufpe/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do projeto Processos Trabalhistas, Memória e História: a voz dos trabalhadores rurais nos processos trabalhistas nos municípios de Nazaré da Mata e Paulista – 1964 a 1980 e a partir da experiência das oficinas, a equipe do Laboratório passou a refletir cada vez mais sobre a importância deste trabalho em turmas do ensino fundamental e médio, pois a experiência das oficinas proporcionou debates de suma importância sobre a preservação da história da Justiça do Trabalho no Brasil.

Durante a realização do trabalho nas escolas um dos pontos que mais nos chamou a atenção foi que os estudantes nunca haviam tido contato com a história da Justiça do trabalho. Alguns apenas lembravam alguns aspectos do conteúdo programático de história sobre Era Vargas. A maioria deles nunca visitou nenhum tipo de arquivo histórico ou conhecia o trabalho do historiador dentro de um arquivo. Isso mostra a relevância do trabalho com as escolas e a necessidade da troca de saberes entre a universidade e outros setores da sociedade.

Também percebemos que são diversas as possibilidades de utilização desses processos nas salas de aula, inclusive interligando-os a outras fontes históricas, como os jornais, proporcionando uma experiência inovadora no âmbito do ensino de história. Podem ser abordadas diversas temáticas, como: condições de trabalho no campo e nas cidades, direitos trabalhistas e a criação e atuação da Justiça do Trabalho durante o governo de Getúlio Vargas, diferenças salariais entre homens e mulheres, a trajetória de intensas lutas por direitos dos trabalhadores rurais, a forma como eram mediados os embates no âmbito judicial, a intervenção do Estado na mediação desses embates (principalmente no meio rural), a análise da conjuntura brasileira na véspera da instauração da ditadura de 1964 e a própria ditadura civil-militar.

Assim, é notável o grande potencial de ensino-aprendizagem somada à pesquisa documental que o projeto elaborado pelo LAHM proporcionou, debate que este artigo procurou demonstrar. Por essa razão, o Laboratório História e Memória vêm lutando para que novos projetos sejam realizados dentro desta perspectiva educacional.

REFERÊNCIAS

- BLAVASCHI, Magda Barros; DROPPA, Alisson. **A luta pela preservação dos documentos judiciais: a trajetória do combate à destruição das fontes a partir da Constituição de 1988**. História social, v. 2, n. 21, p. 93-118, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2008: História**. Brasília: MEC, 2007. (Anos Finais do Ensino Fundamental).
- Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História, Geografia** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.
- BITTENCOURT, Circe M. F. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2018.
- CAIXETA, Maria Cristina Diniz; CUNHA, Maria Aparecida Carvalhais. **Gestão documental e resgate da memória na Justiça do Trabalho: preservação documental é direito do cidadão e dever do Estado**. Cadernos de História, v. 14, n. 20, p. 32-46, 2013.
- CHALHOUB, Sidney. **O conhecimento da História, o Direito à Memória e os Arquivos Judiciais**. Curso de Formações de Multiplicadores em “Políticas de resgate, preservação, conservação e restauração do patrimônio histórico da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul”. Porto Alegre, 2005.
- GOMES, Angela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. **A Justiça do Trabalho e sua História**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. **Ação trabalhista, repressão policial e assassinato em tempos de regime militar**. Topoi (Rio de Janeiro), v. 12, n. 22, p. 228-249, 2011.
- MONTENEGRO, Antonio Torres; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **História, cultura, trabalho: questões da contemporaneidade**. Editora Universitária UFPE, 2011.
- OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba**. EDUEPB, 2015.
- SILVA, Fernando Teixeira da. **Nem Crematório de Fontes Nem Museu de Curiosidades: por que Preservar os Documentos da Justiça do Trabalho**, in BLAVASCHI, Magda Barros; LUBRE, Anita; MIRANDA, Maria Guilherme [org]. Memória e preservação de documentos: direitos do cidadão. São Paulo: LTr, 2007, PP. 30-51.